

Estado do Espírito Santo

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER N. 054/2025

MATÉRIA: Projeto de Lei Complementar nº 06/2025 - "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DATA DE PROTOCOLO DA MATÉRIA: 22/09/2025

AUTORIA: Mesa Diretora da Câmara

RELATORIA: Ver. Douglas Lacerda

CONCLUSÃO DO RELATOR: Favorável à tramitação da matéria.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

I - PARECER

O Projeto de Lei Complementar nº 06/2025 que dispõe sobre a organização administrativa da Câmara Legislativa, onde prevê a criação de duas unidades estratégicas, a Diretoria Jurídica e a Diretoria de Controle Interno e Transparência, bem como a função gratificada de Superintendente Legislativo.

Esta iniciativa visa fortalecer a gestão da Câmara Legislativa e atender às exigências legais e administrativas atuais, sobretudo no que se refere à legalidade, eficiência, controle interno e transparência.

3



Estado do Espírito Santo

Afirma ainda em sua justificativa, que todas essas alterações foram pensadas com responsabilidade fiscal, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e dentro das possibilidades financeiras, orçamentárias e estruturais desta Casa de Leis. A proposta foi elaborada com base em estudos técnicos e em modelos já consolidados em outras Casas Legislativas, levando em consideração a realidade orçamentária e administrativa da Câmara Municipal.

O texto legal apresentado, define bem em seus capítulos a estrutura administrativa, os órgãos de direção, os órgãos de deliberação, das atribuições comuns, dos níveis de direção e assessoramento, dos órgãos auxiliares, dos cargos em comissão e funções gratificadas e por fim, das disposições finais e transitórias.

Constam nos anexos ao Projeto, o Organograma de como ficará a Estrutura Administrativa, a tabela com as definições dos cargos, códigos e vencimentos, as descrições das atribuições, definições das Funções gratificadas com a fixação do valor das gratificações.

Há que ser ressaltado também que foi apresentado o demonstrativo do Impacto Financeiro constante dos Processos Legislativos deste Projeto de Lei Complementar n.º 06, bem como do Projeto de Lei Complementar n.º 05 ambos de 2025, considerando a alteração da estrutura administrativa proposta e o prazo estimado para a realização do Concurso Público no segundo semestre de 2026, apontando que as dotações orçamentárias são suficientes para suportar o aumento da despesa, sem a necessidade de abertura de crédito suplementar.

É o breve relatório.

O Projeto de Lei Complementar em apreço é o instrumento legal adequado para regulamentação da matéria considerando a exegese do artigo 40, inciso

2



Estado do Espírito Santo

II, da Lei Orgânica do Município. Pois, compete à Mesa Diretora regular os serviços administrativos da Câmara. Vejamos o disposto no inciso II do artigo 40:

Art. 40. É de competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa de leis que disponham sobre:

(...)

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos ou funções e fixação da respectiva remuneração;

Nota-se que o tema abordado dispõe sobre matéria estritamente do interesse interno desta Casa de Leis, que busca o aprimoramento da gestão pública e o fortalecimento institucional deste órgão, portanto, não vislumbramos qualquer óbice que possa esbarrar a normal tramitação do processo legislativo.

Cumpre registrar que a discricionariedade, por certo, permeia o ato administrativo. Todavia, este só pode subsistir sob a permissão da lei e dentro de critérios nítidos, objetivos e atentos às Legislações pertinentes, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que diz respeito ao mérito da matéria posta em discussão, a análise última incumbe aos senhores vereadores, que votarão o presente projeto de lei, após discussão prévia a acontecer em plenário.

II - DA REDAÇÃO DO TEXTO LEGAL

No tocante ao texto do Projeto de Lei Complementar 06/2025, não foram observadas qualquer necessidade de alteração ou correção.

.



Estado do Espírito Santo

III - CONCLUSÃO

Concluindo, e em análise dos fundamentos apresentados, temos que a propositura do Projeto de Lei Complementar nº 06/2025 de autoria Mesa Diretora da Câmara, encontra-se com sua legalidade garantida, por esta razão VOTO FAVORÁVEL à tramitação do referido Projeto e, no MÉRITO, SOU PELA SUA APROVAÇÃO.

É o que tenho a manifestar.

Sala Augusto Ruschi, aos 21 de outubro de 2025.

Ver. Douglas Lacerda (Podemos)

Relator

De acordo:

De acordo:

Ver^a. Sarita Moraes de Souza (União Brasil)

Ver. Sandrão (PSDB)

Presidente

Vogal